

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria-Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CCF**EXERCÍCIO DE 2024****Data:** 05/12/2024, das 14h30 às 16h30.**Local:** Sala dos Conselhos, 5º andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.**Link:** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting_M2Q5MjEwODgtNDE2Zi00ZjE3LTk1NTMtNWExNWQwNWO4MjM4@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22,%22Oid%22%22cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%22%7D**Pauta:**

1. Registro das deliberações eletrônicas
2. Ajustes em Anexos:
 1. Alteração do cronograma plurianual do A2-P1 e A3-P1
 2. Alteração de coexecutores e alteração de instrumento no A1-P9
3. Informações sobre o orçamento do FNDCT para 2025
4. Cronograma de revisão dos Programas do PAI e relato das reuniões dos Comitês Gestores
5. Sugestões de novos Programas

Participantes:

Nome	Cargo	Representação	Participação
Luis Manuel Rebelo Fernandes	Secretário-Executivo do MCTI	Presidente do CCF e do CGs: CT-FVA, CT-Infra e CT-Petro	Presencial
Carlos Aragão	Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep	Finep	Presencial
Ricardo Galvão	Presidente do CNPq	CNPq	Presencial
Osório Coelho Guimarães Neto	Diretor de Departamento de Programas de Inovação – DEPIN/MCTI	Presidente CT-Aero e CT-Espacial	Virtual
Osvaldo Luiz Leal Moraes	Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade da SEPPE	Presidente CT-Aqua e CT-Hidro	Presencial
Sônia da Costa	Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva – DEPTS/MCTI	Presidente do CT-Agro	Presencial
José Ricardo Ramos Sales	Coordenador suplente do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA/MDIC	Presidente CT-Amazônia (suplente)	Presencial
Leandro Bortolozo Pedron	Diretor do Departamento de Programas Temáticos – DEPTE/MCTI	Presidente do CT-Biotec	Presencial
Henrique Miguel	Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital SETAD/MCTI	Presidente do CT-InfoCat	Presencial
Gustavo Ramos	Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC	Representando o CT-Energia	Presencial
Rafael Silva Menezes	Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais – CGTS/MCTI	Presidente do CT-Mineral	Virtual
Andrea Brito Latgé	Secretária de Políticas e Programas Estratégicos SEPPE/MCTI	Presidente do CT-Saúde	Presencial

Convidados:

Raphael Padula	Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN	DFIN/MCTI	Presencial
Mariana Vidal	Coordenadora-Geral de Governança de Fundos - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Presencial
Elenice Thomas Carvalho	Assistente em C&T - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Virtual
Lilian Rose Peters	Analista em C&T - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Virtual
Marcia Godoi	Assistente em C&T - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Virtual
Tatiana de Pino	Analista em C&T - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Virtual
Jair Rocha	Analista em C&T - CGGF	CGGF/DFIN/MCTI	Virtual
Hideraldo Almeida	Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação - CGIA	DEPAI/ SETEC/MCTI	Presencial

Thiago Mosses	Analista em C&T - CGSB	MCTI	Presencial
Elzivir Guerra	Analista em C&T - CGTS	SETEC/MCTI	Presencial
Janaina de Oliveira	Chefe de gabinete substituta	SEPPE/MCTI	Presencial

1. Registro das deliberações eletrônicas

O Sr. Luis Fernandes informou que devido ao regramento em vigor, conforme consta do Parágrafo único da Portaria MCTI nº 7.773, de 21/12/2023, as deliberações eletrônicas dos anexos precisam ser homologadas pelos membros do CCF na reunião subsequente ao ato de modo que fique formalizado em ata e posteriormente serão discriminadas em anexo a esta ata.

2. Ajustes em Anexos:

1. Alteração do cronograma plurianual do A2-P1 e A3-P1
2. Alteração de coexecutores e alteração de instrumento no A1-P9

A Sra. Mariana Vidal explicou que a Finep encaminhou ofícios solicitando ajustes operacionais de anexos dos projetos financiados. O primeiro ofício solicitou o remanejamento de R\$ 200 milhões do anexo 2 (Recuperação) para o anexo 3 (Expansão) do PRÓ-INFRA direcionando esses recursos às unidades de pesquisa do MCTI, uma vez que as necessidades originalmente previstas foram supridas. O segundo ofício abordou a inclusão de coexecutores nos projetos listados, formalizando os coexecutores previamente definidos pelos executores proponentes e a correção da descrição inicial como "carta convite" para "encomenda". Embora os ajustes não alterem escopo, valores ou objetivos dos projetos, a Finep destacou a necessidade de aprovação pelo comitê devido à Resolução FNDCT nº 845, de 05.03.2024. Como sugestão, colocou a necessidade de revisão dos processos normativos para simplificar ajustes futuros desse tipo, garantindo maior agilidade administrativa para questões meramente burocráticas como essa.

O Sr. Carlos Aragão explicou que no Programa 9, o processo iniciado como "carta convite" para todos os proponentes qualificados exigiu, após a análise e aprovação dos projetos, a transformação formal em "encomenda". Esse ajuste é uma questão operacional decorrente das exigências do jurídico da Finep, que determina a especificação detalhada dos coexecutores para a formalização de contratos ou convênios. Inicialmente, essa informação não constava, pois os projetos ainda estavam em fase preliminar de submissão e análise. Após a conclusão das avaliações e a qualificação dos projetos, tornou-se necessária a atualização dos anexos para refletir a mudança de "carta convite" para "encomenda" e incluir os coexecutores. Esse procedimento é essencial para garantir a conformidade com as exigências normativas e jurídicas, sem que isso represente alterações no escopo ou nos objetivos originais dos projetos.

O Sr. Luis Fernandes esclareceu que foram enviadas cartas convite para 81 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) da área de defesa, solicitando a apresentação de projetos. Após o processo de qualificação e avaliação, os projetos selecionados exigiram uma formalização adicional: a transformação do instrumento inicial de "carta convite" para "encomenda". Essa mudança é necessária para refletir o status final dos projetos aprovados e cumprir os requisitos normativos e jurídicos aplicáveis. Explicou que o processo foi amplamente reconhecido pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, demonstrando eficácia no atendimento às demandas estratégicas, com um único ajuste operacional pendente: a inclusão formal dos coexecutores nos anexos.

3. Informações sobre o orçamento do FNDCT para 2025

O Sr. Luis Fernandes informou que, no contexto das medidas de contenção de gastos para estabilizar o arcabouço fiscal, foi debatida a possibilidade de alterar a lei do FNDCT para reintroduzir o contingenciamento, o que gerou forte oposição de entidades e do governo. Argumentou que o fundo é vital para alavancar a produtividade contribuindo diretamente para a sustentabilidade fiscal, especialmente pelas ações reembolsáveis que não ocupam espaço fiscal. Essa defesa evitou a reintrodução do contingenciamento, consolidando uma vitória importante para a gestão do FNDCT. Explicou que desde 2000, o FNDCT está sujeito à DRU (Desvinculação de Receitas da União), que permite à União redirecionar parte das arrecadações para outras áreas, reduzindo os recursos disponíveis para o fundo já na fonte. No PLOA 2025, entretanto, o orçamento foi apresentado sem considerar a DRU, pois sua renovação ainda não havia sido formalizada, resultando em uma projeção superestimada de R\$ 20,6 bilhões, um aumento de 62% em relação ao ano anterior. Com a prorrogação da DRU até 2032, tornou-se necessário ajustar o orçamento para refletir a arrecadação líquida, corrigindo o valor para cerca de R\$ 14 bilhões. Esse ajuste será realizado pelo relator do orçamento, garantindo conformidade com as regras fiscais e alinhamento com as receitas efetivamente disponíveis. Argumentou que o ponto central da discussão é que a projeção orçamentária para 2025 está subestimada em relação à arrecadação real do FNDCT em 2024, explicando que, após o desconto da DRU, a arrecadação de 2024 atingirá R\$ 16,1 bilhões, mas a previsão para 2025, com a aplicação da DRU, é de apenas R\$ 14 bilhões, o que não faz sentido frente ao crescimento esperado. Finalizou destacando que a ação atual busca garantir uma revisão realista da receita para 2025, considerando tanto a arrecadação efetiva de 2024 quanto projeções mais precisas para o próximo ano. Assim, o objetivo é aplicar a DRU sobre uma base de arrecadação bruta corretamente estimada, assegurando que o orçamento reflita de forma mais fidedigna a realidade econômica e os recursos disponíveis para o fundo.

4. Cronograma de revisão dos Programas do PAI e relato das reuniões dos Comitês Gestores

O Sr. Luis Fernandes relatou que, atualmente, o cronograma se encontra no meio do processo de revisão dos programas para o Plano Anual de Investimentos (PAI) de 2025, com foco nas etapas preparatórias antes das deliberações finais. Explicou que a fase deliberativa propriamente dita depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 e envolve reuniões dos comitês gestores dos fundos setoriais programadas para fevereiro e março. Nessa etapa, os comitês gestores poderão revisitar termos de referência, propor alterações nos programas existentes, criar novas linhas de atuação e consolidar sugestões e iniciativas. As decisões desses comitês serão consideradas subsídios para o Conselho Diretor do FNDCT, que detém a prerrogativa final de consolidar e aprovar o PAI 2025. Colocou que esse plano pode incluir projeções plurianuais até 2029, mas o foco principal recai sobre a execução orçamentária e financeira do ano de 2025. Informou que o foco é discutir sugestões preliminares de alterações nos programas, que serão levadas à reunião do Conselho Diretor de dezembro para iniciar os debates, sem caráter deliberativo.

O Sr. Ricardo Galvão ponderou que a transição energética no Brasil enfrenta desafios críticos, especialmente pela dependência de componentes essenciais para o sistema integrado nacional, que não são fabricados internamente. Colocou que é uma meta estratégica, que demanda uma abordagem mais robusta, com ações específicas que articulem esforços entre o Ministério, as agências de fomento e os setores industrial e científico, para garantir que as metas sejam atingidas com a infraestrutura tecnológica necessária para que o trabalho de pesquisadores continue.

O Sr. Gustavo Ramos corroborou com o debate argumentando que embora a temática da transição energética esteja amplamente contemplada no âmbito do FNDCT, os membros do comitê gestor destacaram a necessidade de um maior direcionamento de recursos para áreas específicas. Apesar de o programa estar vinculado ao "Mais Inovação" e contar com um volume significativo de recursos, a maior parte das ações está concentrada em subvenções econômicas, enquanto há uma carência de investimentos em pesquisa básica, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos e infraestrutura laboratorial. A sugestão é que se amplie a atenção a essas áreas, seja por meio da criação de um novo programa específico para a transição energética, seja pelo fortalecimento de ações transversais dentro dos programas existentes. Além disso, ressaltou a importância de maior participação do comitê gestor na definição de prioridades e no direcionamento de recursos, principalmente para áreas estratégicas relacionadas à maturidade tecnológica, garantindo uma governança mais eficiente e um alinhamento às demandas emergentes.

O Sr. Luis Fernandes propôs incorporar as demandas relacionadas à transição energética nos programas já existentes, sem a necessidade de criar um programa separado, mantendo a lógica sistêmica. Argumentou que há amplo espaço para trabalhar essas iniciativas dentro dos programas estruturados, permitindo que as sugestões concretas, como as mencionadas por Galvão e pelo Gustavo Ramos, sejam absorvidas pelas agências de fomento durante a execução. A transição energética já está fortemente apoiada, especialmente no Programa 2, mas não exclusivamente nele. Além disso, iniciativas como os Centros Temáticos podem ser utilizadas para apoiar a recuperação de infraestruturas deterioradas, atendendo às demandas apontadas. O foco é garantir que essas questões sejam tratadas de forma transversal e integrada no âmbito dos programas existentes, otimizando recursos e esforços.

O Sr. José Ricardo Ramos Sales, do MDIC, destacou que tem observado alguns pontos, sobretudo quanto à relevância de fortalecer a atuação e a autonomia dos comitês gestores do FNDCT, com ênfase especial no CT Amazônia. Além disso, ressaltou a necessidade de melhorar a comunicação e a disseminação de informações sobre os programas estruturantes, seus anexos e projetos plurianuais já estabelecidos permitindo que os comitês gestores trabalhem com maior clareza e autonomia para alocar recursos de forma eficiente, seja em programas já existentes, seja em novas iniciativas, reforçando a importância da participação ativa dos comitês em todo o processo decisório. Comentou que uma preocupação recorrente é quanto às decisões chegarem aos comitês para mera validação, limitando a possibilidade de contribuições estratégicas. Por fim, sugeriu a revisão do decreto que regula a composição do CT-Amazônia para incluir membros adicionais e considerar a reintegração do CNPq como membro permanente.

O Sr. Gustavo Ramos colocou que as discussões no âmbito do CT-Energia ressaltaram a necessidade de maior protagonismo do comitê gestor na definição de prioridades e no direcionamento estratégico dos recursos destinados à temática de transição energética. Foi destacada a importância de maior transparência no fluxo dos recursos arrecadados,

desde sua origem até o momento de alocação, para que os membros compreendam melhor os critérios e decisões envolvidas. Além disso, os participantes apontaram dificuldades em adaptar-se à nova estrutura do FNDCT, sugerindo a necessidade de alinhamento para fortalecer o entendimento das funções e responsabilidades dos comitês. Comentou ainda que houve também questionamentos na reunião do CT-Energia sobre a alocação de R\$ 8 milhões que haviam ficado registrados em ata para o Programa 5 e, posteriormente, foram alocados no Programa 2, evidenciando a necessidade de cuidado na interpretação das atas. Falou ainda que a iniciativa de padronização das atas é salutar para evitar interpretações dúbihas e garantir maior confiança no processo de governança.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que a governança do FNDCT se compromete a respeitar integralmente as deliberações dos comitês gestores, corrigindo rapidamente qualquer erro ou interpretação equívocada. A padronização das atas busca melhorar a clareza das decisões e evitar falhas futuras. Reconhecemos os desafios operacionais, decorrentes das diferentes limitações dos fundos e da tensão entre a lógica orçamentária e programática, mas seguimos empenhados em garantir uma execução eficiente e alinhada às prioridades definidas pelos comitês.

O Sr. Elzivir Guerra, representante da presidente do CT-Mineral, mencionou que propostas de revisão do programa "Mais Inovação Brasil" foram encaminhadas e destacou que algumas demandas apresentadas no início do ano não foram contempladas nas chamadas da Finep. A principal sugestão foi incluir uma linha de atuação voltada à expansão do complexo industrial minero-metalúrgico e de transformação mineral, com foco na agregação de valor, apoio à reindustrialização e fornecimento de insumos estratégicos. Reiterou que essas ações seriam essenciais para fortalecer setores como agroindústria, habitação e infraestrutura. Por fim, colocou o comitê à disposição para colaborar na formulação de objetivos específicos e na integração desses pontos no programa.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que o momento ideal para implementar as propostas será durante as reuniões de fevereiro ou março de 2025, quando o orçamento do fundo já estará disponível na LOA. Comentou ser crucial que as deliberações sejam formalizadas e registradas em ata de cada comitê, garantindo clareza nos encaminhamentos e nas decisões tomadas.

5. Sugestões de novos Programas

O Sr. Luis Fernandes colocou ainda que será proposto ao Conselho Diretor do FNDCT a criação de dois novos programas estratégicos, ampliando dos atuais 10 para 12 programas. O primeiro é o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial, que dará continuidade e expansão às ações previstas no Programa Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), consolidando iniciativas que já integram os programas existentes e atendendo a demandas específicas identificadas no PBIA. O segundo programa visa ao monitoramento e enfrentamento de emergências climáticas, estruturado como uma resposta nacional abrangente às crises climáticas. Essa proposta surgiu da intensificação das discussões após a crise no Rio Grande do Sul e a perspectiva do Brasil como sede da COP, reforçando a necessidade de uma abordagem nacional. Ambos os programas ainda serão detalhados em termos de referência a serem aprovados pelo conselho diretor em abril. Essas adições visam fortalecer a capacidade do FNDCT de responder a desafios estratégicos e emergentes, alinhando-se a demandas nacionais e internacionais.

Anexo da deliberação CCF nº 27/2024: 12494693

DELIBERAÇÕES CCF - 2024 SEI Nº 01250.021373/2018-72			
Del. número	Data de envio	Doc. Sei	Doc. Sei Resultado
nº 27/2024	02/12/2024	13511386	13516420

Aprovação dos seguintes itens:
Aprovação do Anexo A 2.8 [P6] MCID Mud_Clim Municípios;
Aprovação do Anexo A 2.9 [P6] MCOM Projeto TV 3.0 - Fase 4;
Aprovação do Anexo A2.10 SECOM Mídias Negras_Periféricas_Independen.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
PRESIDENTE DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO DO FNDCT - CCF



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 04/02/2025, às 19:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12578714** e o código CRC **58DF6774**.